

PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO



FEVEREIRO • 2017



Mais um ano se inicia e a volta para a escola requer dos que nela trabalham alguns cuidados para receber as alunas e os alunos novamente. É para isso que viveremos três dias de intenso trabalho no período de planejamento.

Mas o que é mesmo que fazemos no planejamento? Para que planejar? O que cada um pode trazer de contribuição para dar sentido ao trabalho individual e coletivo? Como é possível aproveitar ao máximo essa atividade?

A APEOESP defende a ideia de que o 'melhor planejamento é aquele que é feito por quem realmente faz as ações

acontecerem – no caso explícito da escola, são os professores e professoras.

É o corpo docente que transforma o planejamento em um espaço de diálogo efetivo entre os responsáveis pelas ações pedagógicas da escola e também de interface com a experiência coletivamente acumulada por ela.

É com base nesse diálogo integrador que se torna possível resgatar e registrar as experiências vividas e fazer com que as energias e emoções positivas que orientam nosso trabalho possibilitem a elaboração de novos projetos e propostas. É nesse processo de trocas e participações que se fortalece o sentimento de 'pertencer a uma escola'; que se dá a inte-

gração dos docentes novos que chegam a cada início de ano letivo; que se constitui o coletivo escolar.

Para auxiliar este processo, a APEOESP, através da Secretaria de Formação, leva às unidades este Caderno de Planejamento, elaborado em parceria com a Professora Doutora Maria Isabel de Almeida, uma das coordenadoras do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Formação de Educadores da FEUSP. Boa leitura!

Apresentação



Maria Izabel Azevedo Noronha
Presidenta da APEOESP

Não às armadilhas do planejamento burocrático

A busca pelo diálogo e participação deve ser o ponto de partida e de chegada para um planejamento que respeite a vontade coletiva. Como diz Danilo Gandin, "Não somos pescadores domingueiros, esperando o peixe. Somos agricultores, esperando a colheita, porque a queremos muito, porque conhecemos as sementes, a terra, os ventos e a chuva, porque avaliamos as circunstâncias e porque trabalhamos seriamente".

O aprimoramento da prática educativa não se conquista sem a transformação do já feito, tendo como motor de impulsão nossos conhecimentos da realidade escolar, nossas experiências vividas na escola atual ou em outras, nossos sentimentos e realizações. São esses os ingredientes com que o planejamento de 2017 precisa contar.

Esse esforço coletivo se justifica por compreendermos que a escola deve cumprir "um papel social de humanização e emancipação, onde o aluno [e a aluna] possa desabrochar e crescer como pessoa e como cidadão[ã], e onde o professor[a] tenha um trabalho menos alienado e alienante, que possa repensar sua prática, refletir sobre ela, resignificá-la e buscar novas alternativas" (Vasconcelos, 2002:14).

Importância social

Frente à importância social da escola, obviamente negamos o viés burocrático,

centralizador e autoritário que muitas vezes marca esse momento de planejamento anual, quando professores e professoras são cobrados para entregar seus planos de ensino (que não raramente são apenas copiados do usado no ano anterior, de livros ou do material didático da SEE), que são engavetados pelos responsáveis da escola e anexados a projetos pedagógicos apenas para cumprir exigências legais do sistema de ensino.

Nesses casos, o planejamento é meramente formal e sem interferências na vida escolar, que segue de modo espontâneo e sujeito ao acaso tão ao gosto daqueles que não querem transformar efetivamente a escola. Quando isso acontece, o ato de ensinar padece de fragilidades e pobreza pedagógica, não permite aos estudantes as aprendizagens necessárias, torna a vida dos professores e professoras mais difícil e desestimulante, desperdiça os recursos públicos que, embora sempre menos que o necessário, deveriam se destinar ao preparo das novas gerações para ocuparem um lugar no mundo independente das marcas decorrentes de suas origens familiares e sociais.

Diante desse grave problema do controle da burocracia autoritária sobre a vida escolar, vale lembrar dos ensinamentos de Paulo Freire (1983:43), quando nos diz: "Uma das grandes, se não a maior, tragédia do homem

moderno está em que é hoje dominado pela força dos mitos e comandado pela publicidade organizada, ideológica ou não, e por isso vem renunciando cada vez, sem o saber, à sua capacidade de decidir. Vem sendo expulso da órbita das decisões".

Resistência

E nós, no exercício da profissão docente, temos como função social resistir ao conservadorismo educacional e remar no sentido de fazer com que a escola pública seja espaço de formação – para estudantes e seus profissionais – na perspectiva democrática. Para que alunas e alunos desenvolvam na escola a capacidade de decisão como formulada por Freire, sejam respeitados no legítimo direito do acesso aos conhecimentos socialmente construídos, desenvolvam hábitos e comportamentos que respeitem os direitos dos outros e cumpram com suas obrigações, é preciso que seus professores tenham os mesmos direitos e vivam os mesmos processos decisórios.

Nesse contexto, o planejamento escolar, como nos diz Libâneo (2004), consiste numa atividade de previsão da ação a ser realizada, implicando definição de necessidades a atender, objetivos a atingir, procedimentos e recursos a serem empregados, tempo de execução e formas de avaliação. É, portanto,

inerente ao processo de ensinar e aprender na escola e se traduz na capacidade da unidade escolar prever e programar as ações e os resultados desejados.

Entendemos então que planejar a ação pedagógica se baseia na flexibilidade, na abertura e na capacidade necessárias para imaginarmos uma prática pedagógica diferente da que temos realizado e idealizar os mecanismos que nos permitam torná-la realidade. Nesse novo desenho deverão estar claramente estabelecidos os passos a serem dados, o que poderá ser de grande valia para a construção de uma educação mais adequada para os alunos e mais significativa para os professores. Passamos todos a pertencer a uma experiência histórica que se organiza na perspectiva da reconstrução do que já foi feito e da construção do novo.

Assim, vale frisar que "através do diálogo, refletindo sobre o que sabemos e não sabemos, podemos atuar criticamente para transformar a realidade.". (Freire, P.; Shor, I. 1986, p.65).

VEJA AINDA:

- **Fazer Pedagógico** página 2
- **Projetos que vão mudar a vida do professor** página 3
- **Publicações da APEOESP** página 3
- **Em março, os professores do Brasil vão parar** página 4

O planejamento do fazer pedagógico

Para avançarmos na efetivação de um planejamento comprometido com a qualidade do trabalho da escola e organizarmos esse trabalho por meio de um projeto pedagógico articulado, muitas coisas precisam ser reposicionadas: tomar decisões quanto ao caminho da prática educativa; mexer nas convicções e nos desejos dos professores e da administração pedagógica; conhecer todos os materiais e possibilidades disponíveis na escola; oferecer subsídios aos professores para que enfrentem com sucesso o desafio de organizar ações educativas coletivas e integradas na escola; pensar em ações que assegurem a participação ativa dos educandos no seu percurso escolar.

Temas

Para dar andamento a essa ideia, sugerimos alguns temas para iniciar a discussão diagnóstica pela equipe escolar:

1) Quais os grandes problemas que enfrentamos nesse momento em nossa escola? Já começamos a enfrentá-los no ano passado? Tivemos algum sucesso ou está muito difícil lidar com eles? Por onde podemos seguir?

2) Como anda nosso currículo? Como andam nossas ações práticas para dar vida ao currículo? O que temos feito para integrar áreas e conteúdos escolares? Como

nossos alunos têm reagido às propostas de trabalho?

3) Quais as deficiências que interferem na realização do nosso trabalho? Como podemos melhorar nossas ações de ensino?

As identificações do já feito potencializam propor novas alternativas pedagógicas, novos caminhos, novas ousadias na direção de transformar as escolas em espaço de verdadeira formação e aprendizagem para alunos/as e professores/as.

É da análise de cada contexto específico que se torna possível eleger os aspectos prioritários que merecem atenção nas abor-

tagens do conhecimento. São esses aspectos que requerem o investimento de nossa energia coletiva no processo de assegurar uma formação humana de qualidade para todos os educandos e educandas, de modo que adquiram os conhecimentos para desenvolver a capacidade de pensar; os valores e a sensibilidade para o diálogo e a solidariedade; mas também para se indignarem com a injustiça, a exploração e as inúmeras formas de destruição da vida; para que sejam capazes de se colocar coletivamente em condições de usufruir dos benefícios conquistados pela humanidade e de propor caminhos para superar os problemas sociais, humanos, políticos e econômicos.



Etapas do ano letivo



Reconhecemos que esses objetivos estão bastante longe dos estabelecidos pelas políticas curriculares e organizadoras do trabalho docente, e se faz necessário propormos em cada escola uma ação de planejamento capaz de criar a esperança pedagógica tão essencial ao trabalho docente cotidiano. E para tanto três dimensões são essenciais para que o ano letivo seja planejado:

1) Que cada escola faça coletivamente seu planejamento, de modo a assegurar sua identidade e atender às suas necessidades

Para isso é preciso construir caminhos férteis capazes de romper com o trabalho individualizado, fragmentado e sem objetivos claros. Construir respostas pedagógicas aos problemas e dificuldades vividas no cotidiano. E isso só se faz com o envolvimento de todo o corpo docente, gestores e funcionários com a proposta pedagógica da escola. É preciso que se estabeleça compromissos na definição dos pontos de partida, nos caminhos a serem coletivamente trilhados e nos objetivos a serem alcançados. O planejamento constitui-se, então, num grande acordo comprometido

com a efetiva reorganização das aprendizagens dos alunos.

Para a formulação de uma proposta com essas características é preciso: tomar como ponto de partida o diagnóstico das dificuldades presentes no dia-a-dia da escola, tanto no campo pedagógico como nos da gestão e dos recursos necessários ao processo de ensino-aprendizagem; planejar coletivamente, com os pés na realidade, os passos a serem dados no trabalho anual a ser desenvolvido.

2) Que a democracia interna das escolas seja preservada, pois ela é a base para a formação de seus alunos/as e à autonomia dos professores/as no exercício do trabalho pedagógico

Como decorrência da grande responsabilidade que a sociedade contemporânea deposita na escola – que é a de organizar e desenvolver a formação de suas crianças e jovens para conviverem e atuarem de modo a promover o avanço e a justiça social –, é inconcebível imaginá-la sem que a perspectiva da democracia permeie todas as suas relações. E é igualmente impossível imaginarmos a existência de relações democráticas sem a autonomia dos seus integrantes e suas instituições. Isso foi reconhecido inclusive no momento de elaboração da lei maior que organiza o ensino brasileiro – a LDB de 1996. Por meio dela, as escolas têm assegurada sua autonomia pedagógica, o que significa ter a possibilidade de elaborar sua própria proposta de trabalho, de modo coletivo e em sintonia com o contexto em que está inserida. Isso lhes assegura a possibilidade de formular sua proposta curricular, em consonância com as

diretrizes existentes; de escolher os caminhos metodológicos que considere mais adequados para atingir os objetivos definidos; de registrar e avaliar o próprio percurso, de modo a ter elementos substantivos para rever o processo de ensino-aprendizagem em curso.

E não há escola autônoma se seus professores e professoras não forem igualmente autônomos para estruturar, organizar, implementar e avaliar o seu trabalho. Esse é um atributo da nossa condição de “profissionais do ensino”, que têm como requisito uma formação acadêmica estabelecida em lei e o respaldo de um estatuto que delimita os direitos, competências e responsabilidades profissionais da categoria, onde a liberdade de cátedra se coloca como fundamental. E o exercício da autonomia pressupõe ousadia na elaboração de propostas pedagógicas com feições próprias em cada escola, capazes de responder às especificidades de cada escola, de cada sala de aula.

3) Que sejam asseguradas as condições salariais e de trabalho, bem como os recursos materiais necessários ao trabalho pedagógico

Desenvolver profissionalmente os trabalhos relativos ao ensino coloca aos professores e professoras a responsabilidade de realizar o seu fazer com a maior competência possível. E para tanto os sistemas de ensino precisam assegurar as condições para o desenvolvimento dessa função social altamente relevante. Dentre essas condições está a contrapartida pelo trabalho realizado – o salário – em patamares compatíveis com os alcançados por outras profissões com os mesmos requisitos formativos. A dignidade salarial é elemento

intrinsecamente articulado com a relevância social que realmente uma dada sociedade assegura aos seus professores.

Também é de essencial importância as condições de funcionamento das escolas, uma vez que em grande número delas predominam salas de aula superlotadas, há ausência de segurança em escolas inseridas em regiões de maior risco, é gritante a falta de professores concursados para todas as disciplinas, faltam os recursos didáticos e de infraestrutura para se assegurar um ensino estimulante e consistente.

Portanto, a efetivação de um planejamento participativo e comprometido com a melhora da escola, com a defesa intransigente da democracia como valor fundante da vida escolar e da autonomia como sendo a alma da docência, não pode se desconectar da disposição por reivindicar e lutar por condições materiais para o desenvolvimento do trabalho pedagógico, condições dignas de trabalho e de salário.

BIBLIOGRAFIA:

- FREIRE, P. Ação cultural para a liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P.; SHOR, I. Medo e ousadia – O cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- GANDIN, D. A prática do planejamento participativo na educação. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- LIBANEJO, J.C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. Goiânia: Ed. Alternativa, 2004.
- VASCONCELOS, C. Planejamento – projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. São Paulo: Libertad, 2002.

Previdência e outros projetos que vão mudar a vida dos professores

Lamentavelmente, o novo ano letivo começa em meio a um desmonte institucional jamais visto no País, que atinge fortemente a Educação. Para começar, a Reforma do Ensino Médio, recém-sancionada, oficializa um apartheid educacional no Brasil, além de atropelar o Plano Nacional de Educação, que foi estabelecido a partir de um amplo diálogo entre o Magistério e a comunidade escolar.

Amplamente rejeitada pelos estudantes e professores, a reforma deu a disciplinas como Artes, Educação Física, Sociologia e Filosofia, antes consideradas obrigatórias, o status de “estudos e práticas a serem definidas na Base Nacional Curricular Comum (BNCC)”.

O governo apagou a conquista dos educadores que haviam conseguido inserir Sociologia e Filosofia na LDB como disciplinas obrigatórias.

A Reforma do Ensino Médio ainda oficializou o ‘bico’ na educação, ao manter a contratação de profissionais que não têm habilitação para o Magistério, com base no reconhecimento de seu “notório saber”, para ministrarem aulas em cursos técnico-profissionais.

Escola sem Partido

A onda conservadora fortalece ainda a pedagogia da mordida, principalmente através do Projeto de Lei 7180/14, que trata da chamada Escola sem Partido. Proposta do Congresso mais reacionário do Brasil desde o fim da ditadura, o Projeto pode impedir o livre debate, a pluralidade de ideias nas escolas, dificultando atividades pedagógicas para a promoção da igualdade entre homens

e mulheres, a formação integrada dos jovens e a construção da cidadania.

O sonho da aposentadoria

Os professores e, especialmente, as professoras, têm ainda outra grande preocupação na estreia do ano letivo de 2017: a Reforma da Previdência, que acaba com o sonho da aposentadoria.

Para as mulheres educadoras, o projeto é duplamente cruel porque estabelece que a idade mínima de 65 anos deverá ser igual para todos, homens e mulheres, desconsiderando o fato de que a maioria das brasileiras têm jornada dupla, dividida entre trabalho fora de casa e os afazeres domésticos e, especificamente no magistério; a reforma prevê ainda o fim do direito à aposentadoria especial, também sem

considerar o esgotamento físico e emocional decorrente do exercício da profissão nas condições desfavoráveis das escolas públicas.

Diante de todas essas investidas contra avanços sociais conquistados na história recente do País, é preciso muito envolvimento e mobilização. A APEOESP realiza a sua primeira assembleia de 2017 neste 08 de março, Dia Internacional das Mulheres, com foco na luta contra a PEC 287, que acaba com a aposentadoria dos professores, mas também em protesto contra os baixos salários e as péssimas condições de trabalho na rede estadual paulista.

Formador de opinião, o Magistério está atento e mobilizado contra os ataques aos direitos trabalhistas, às restrições à liberdade de ensino e outras medidas de desastroso impacto social.

Educomunicação: Informar para educar

Reconhecida como um Fórum Permanente de Debates de Educação e Políticas Públicas, a APEOESP está fortemente empenhada na luta contra o violento retrocesso que o Brasil enfrenta no campo dos direitos sociais e civis. Uma das ações do Sindicato é a publicação de boletins e outros materiais informativos sobre temas e projetos que afetem a Educação.

Os professores encontram nestas publicações sugestões de aula e reportagens com informações atuais e relevantes, produzidas com viés pedagógico. A maioria dos materiais aqui indicados está disponível para download no site www.apeoesp.org.br

cujo conhecimento dos candidatos será avaliado. Os associados também ganharam uma bolsa para um curso com videoaulas preparatórias. A Revista pode ser adquirida na sede ou sub-sedes do Sindicato.

■ A APEOESP acaba de lançar a edição 2017 do seu Boletim das Mulheres, uma publicação que leva às escolas o debate sobre igualdade de gênero. A publicação destaca a quarta onda do feminismo, a luta das meninas contra a reorganização de Alckmin e histórias de mulheres inspiradoras. Na capa, uma avaliação do ataque da Reforma da Previdência aos direitos das professoras.

■ Em dezembro, os professores ganharam uma nova edição do Boletim Laço Vermelho, uma publicação que tem como objetivo incentivar o debate em sala de aula sobre a

importância da prevenção no combate à Aids e outras DSTs. O Boletim traz uma sugestão de aula sobre as obras do compositor Renato Russo e do escritor Caio Fernando Abreu, vítimas da Aids que faleceram no ano de 1996.

■ No Dia da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, o Sindicato lança um Boletim dedicado à temática. A mais recente edição denuncia o frequente assassinato de jovens negros nas periferias e destaca uma reportagem sobre o Prêmio Nobel da Paz para Bob Dylan, a voz dos oprimidos, ironicamente no momento em que o Brasil assiste a uma ascensão da extrema-direita, com a criminalização dos movimentos sociais, que representam exatamente os mais pobres.

■ Na luta contra a Reforma do Ensino Médio, a APEOESP lançou em 2016, em parceria com a CNTE, o especial “Contra a reforma do Ensino Médio. Queremos qualidade inclusiva na educação brasileira”.



■ A Cartilha sobre a Reforma da Previdência, ilustrada pelo cartunista Marcio Baraldi, explica como a Reforma (PEC 287) vai atingir direitos históricos de trabalhadores, especialmente do Magistério.



■ A APEOESP acaba de lançar a edição 2017 do seu Boletim das Mulheres, uma publicação que leva às escolas o debate sobre igualdade de gênero. A publicação destaca a quarta onda do feminismo, a luta das meninas contra a reorganização de Alckmin e histórias de mulheres inspiradoras. Na capa, uma avaliação do ataque da Reforma da Previdência aos direitos das professoras.



EXPEDIENTE

Dirigentes responsáveis

Zenaide Honório
Secretária de Formação

Paulo José das Neves
Secretário de Formação Adjunto

Conselho Editorial

Maria Izabel Azevedo Noronha
Fábio Santos de Moraes
Roberto Guido
Sílvio de Souza
Leandro Alves Oliveira
Fábio Santos Silva
Rita de Cássia Cardoso
Ezio Expedito F. Lima
Luiz Gonzaga José
Maria Sufaneide Rodrigues
Francisco de Assis Ferreira
Solange A. Benedeti Penha

Texto e Assessoria:
Professora Doutora Maria Isabel de Almeida

Edição:
Ana Maria Lopes - MTb 23.362

Assessoria da Formação:
José Geraldo Fábio

Secretaria:
Maria Juliana da Silva

Produção:
Secretaria de Comunicações da APEOESP

Tiragem: 13 mil exemplares

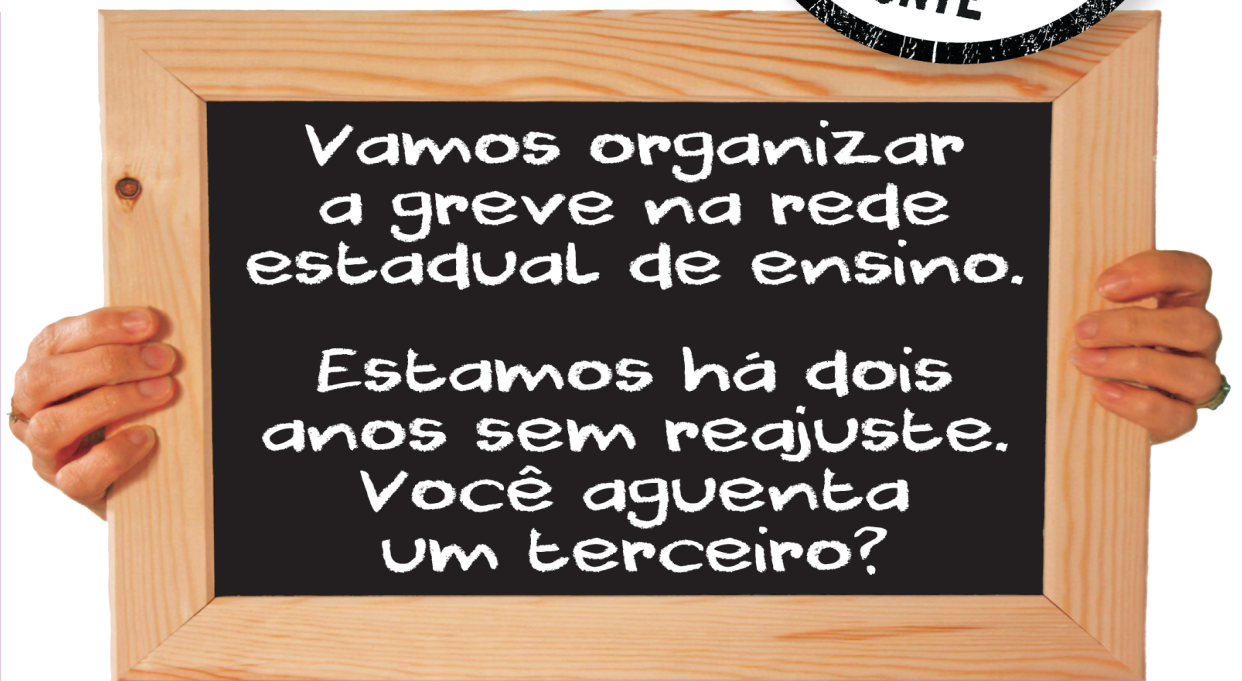
EM MARÇO OS PROFESSORES DO BRASIL

VÃO PARAR!

deliberação
do 33º Congresso
Nacional da
CNTE

dia
8

março
quarta-feira



Assembleia Estadual dos Professores

Vão Livre do MASP
Avenida Paulista - São Paulo

com paralisação

REAJUSTE SALARIAL JÁ!

- Corrigir a defasagem de 9,2% dos salários em relação ao piso nacional – recuperação das perdas salariais de agosto de 2014 até momento (21,23% de reajuste) na perspectiva do cumprimento da Meta 17 do Plano Estadual de Educação (equiparação salarial com demais profissionais com formação equivalente) Pela aplicação da Lei do Piso (Salário e Jornada)
- Melhores condições de Trabalho
- Não à reforma da previdência
- Mais investimentos para o cumprimento das metas e estratégias do Plano Nacional de Educação e do Plano Estadual de Educação
- Contra a reforma do Ensino Médio

APEOESP

SINDICATO DOS
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO
Filiado à **CNTE** e **CUT**

